



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 7 DE JUNHO DE 1995

Senhores Governadores; Meu amigo Wilson Martins, Governador de Mato Grosso do Sul; Governador Maguito Vilela; Governador Dante de Oliveira; Governador Orleir Cameli; Governador Raupp; Governador Siqueira Campos; Senador Carlos Bezerra; Senador Arruda; Senhora Professora Luiza Guimarães, que falou pelos Reitores; Senhores Reitores; Senhores Senadores, Deputados, ex-Governadores; Senhoras, Senhores;

Eu ouvi do Senador Carlos Bezerra que, depois de um almoço, fez-se esse movimento. Eu vou ficar com mais medo de almoçar, porque, se houver muitos movimentos, eu não terei como dar conta das esperanças que os movimentos abrem. Mas, como esse é o primeiro, espero poder dar conta das esperanças que ele está abrindo.

Quero começar por agradecer a presença, os documentos que aqui me são trazidos, as palavras que foram ditas pelos Senadores, pela Reitora, pelo Governador Wilson Martins, que, na sua generosidade, atribuiu a mim muito mais virtudes do que aquelas que eu possuo. Quem sabe com isso ele abra mais esperanças do que aquelas a que eu possa

efetivamente corresponder. Mas são palavras de alguém que teve uma longa convivência comigo, e a admiração é recíproca.

Quero lhes dizer que, cada vez que é possível juntar pessoas desse calibre, desse porte, como as que aqui estão, governadores com essa experiência, parlamentares com essa dedicação, eu me sinto mais motivado.

Falou-se aqui do Centro-Oeste. Pois bem, todas as vezes que falo no Brasil, desde há muito tempo, tenho insistido em algumas regiões e, em geral, procuro ver que relações pessoais tenho com essas regiões. Quase sempre as tenho, porque, para minha sorte, não só andei pelo Brasil todo, como tenho familiares espalhados por aí afora.

E essa região do Oeste, especialmente, me é muito cara, até pela memória de infância, porque, depois da Guerra do Paraguai, houve uma forte presença militar numa região de Mato Grosso, e meu avô, que era militar, morou aí. Como castigo, porque ele era ajudante-de-ordens do Floriano, depois que o Floriano perdeu o comando para os paulistas ele foi parar em Mato Grosso e passou dez anos, no século passado, nessa região. Naquele tempo, para se chegar a essas paragens, havia que ir ao Uruguai, à Argentina, ao Paraguai e depois é que lá se chegava.

Eu tenho tios que nasceram em Corumbá. Quando estive em Corumbá, mencionei esse fato. Então, Nioaque, Miranda, Corumbá são nomes que ouço desde muito menino, de histórias que se contam. Isso para não falar na terra do Governador Iris Rezende, que é minha também.

Outro dia, vi num dos jornais de Goiás que um bisavô meu, que foi presidente da província de Goiás, foi senador do estado de Goiás, teve um título, no Império, de Brigadeiro dos Índios. Ele se ocupava deles, não no sentido de dizimá-los, mas, ao contrário, no sentido de preservá-los. E era justamente aqui no Araguaia.

De modo que essa região me é muito evocativa. Tenho razões muito próximas para que me ocupe dela, e não de se lembrar que, logo depois das eleições, foi lá no Pantanal que fui tentar me esconder uns dias, pelo amor que tenho à região do Pantanal. Nunca me esqueço dela. No BID, existem projetos importantes que deverão permitir uma preservação mais ativa do meio ambiente.

Pois bem. Mas não é apenas por razões de evocação pessoal que eu devo me ocupar do Centro-Oeste. É porque o velho sonho de um Brasil integrado não significa apenas a Amazônia, tão importante – e aqui há representantes dela – ou o Nordeste; mas desde muito tempo a idéia firme, forte no Brasil era da integração do Oeste.

Eu me recordo, quando menino, dos tempos de Getúlio, quando havia uma obsessão da marcha para o Oeste. Cassiano Ricardo e mais tarde, Fernando de Azevedo, todos mencionavam como uma etapa a ser cumprida na constituição da nacionalidade precisamente a participação do Oeste, hoje o Centro-Oeste, no conjunto da vida nacional.

Acho que hoje nós temos perspectivas muito mais brilhantes para essa região, porque, como disse o Governador Wilson Martins, embora não seja uma região industrializada – e bendito que não o seja, nós não precisamos industrializar toda parte –, ela é uma região rica porque tem mais do que potencialidade, já tem realidades agrícolas e de pecuária muito importantes.

Todos sabem também que eu tenho uma preocupação bem do Franco Montoro, hoje nosso deputado na Câmara, que é quase obsessiva, com as hidrovias. Elas são fundamentais para essa região, tanto no Paraguai quanto no Tocantins e no Araguaia; e, mais tarde, a ligação lá para o Norte, exatamente pelo Madeira, para que nós possamos ter realmente uma integração fluvial mais fácil.

Nós precisamos realmente, hoje, com toda a riqueza que já existe nessa região, explorar o potencial de hidrovias e de ferrovias também. Vamos ter que cuidar disso para poder transportar as riquezas que são produzidas pela gente que trabalha na terra. Não tenho dúvida nenhuma de que a taxa de crescimento dessa região tem que ser maior do que a taxa de crescimento do Brasil, para que o Brasil cresça bastante e para que nós possamos, como já foi mencionado aqui, evitar que o crescimento seja apenas um adensamento de miséria nas grandes cidades. Temos que ter um outro modelo, sustentável, ecologicamente e socialmente justificável, que não leve à criação de contingentes crescentes de miseráveis *pari passu* com o crescimento da riqueza.

Há muitas razões, portanto, que nos levam a crer na necessidade de se ter um programa para o Centro-Oeste. Vou ler o que está aqui escrito e vou conversar com os ministros das áreas competentes, com o Ministro da Integração Regional, com o Ministro do Planejamento; e, depois, com aquelas áreas mais diretamente envolvidas com a região – agricultura, transportes, energia – e verificar quais são as prioridades e como é que nós, em conjunto, poderemos decidir sobre a melhor maneira de ajudar o Brasil a prosperar através da integração do Centro-Oeste.

Mas o Governador Wilson Martins mencionou algo que é mais geral do que o Centro-Oeste. Ele mencionou as dificuldades que nós vivemos todos. Pois bem, posso lhes falar disso até com mais entusiasmo do que ele, porque, não agora, mas quando fui Ministro da Fazenda, herdei, realmente, um pesadelo. E, ainda agora, como Presidente da República, estamos na mesma situação. Acho que está chegando o momento de darmos um passo a mais, para que possamos nos desafogar.

Quando Ministro da Fazenda, eu me dediquei muito à renegociação da dívida externa, e consegui: a dívida externa, hoje, não atormenta, saiu dos jornais. Por quê? Porque nós ajustamos um prazo de carência para o pagamento da dívida, reduzimos o montante da dívida, estabelecemos um teto de juros, um piso e um teto, equacionamos a questão da dívida de tal maneira que ela hoje não nos sufoca.

Ainda assim, os Governadores têm que sair correndo atrás de capital de giro, e a União emite todo dia títulos para poder girar a sua dívida. São muitos bilhões de reais, muitos bilhões, talvez 15 ou 20, nem sei. E nós também vivemos buscando recursos nos bancos. Com uma diferença: a nós os bancos dão. E uma outra diferença: aparentemente, somos nós que estabelecemos a taxa de juros – mas, na verdade não somos nós, é o peso da dívida que faz isso.

Então, a relação é fluida. Dão sempre mais dinheiro, porque sabem que o Tesouro está aí para isso. Os governos estaduais talvez tenham mais dificuldade em obter o dinheiro. Mas, quanto menos dinheiro obtém, têm mais dificuldade momentânea, mas menos dificuldades no futuro. E nós, quanto mais facilidades temos no presente, mais dificuldades teremos no futuro, porque alargamos a dívida.

Está chegando o momento de nós encararmos essas questões financeiras com mais vigor, no Brasil. Tudo isso requer preparação. Foi assim que nós fizemos o Plano Real. Negociamos a dívida externa, reorganizamos o orçamento, fomos pouco a pouco criando as condições para que fosse efetiva a nova moeda, para que houvesse um controle adequado da inflação. Agora está na hora de termos um controle adequado da ciranda financeira.

Nós vamos marchar, no segundo semestre, como todo mundo está vendo nos jornais, com passos importantes, novos e que implicam formas de desindexação. De vez em quando, leio no jornal que eu disse isso ou aquilo. Eu não disse nada além do que estou dizendo hoje: não sei como vai ser, porque isso não é matéria minha, é técnica. E faz mal quando se reproduz como se fosse eu, como se fosse palavra do Presidente, uma matéria técnica, sobre a qual ele não tem, às vezes, nem conhecimento.

Não estou dizendo como vai ser. Mas já pedi aos nossos Ministros das áreas competentes que comecem a preparar a programação. Não é nenhum susto, nossa política sempre foi a mesma, e será igual à do Real. Não vai haver susto em ninguém, nada acontecerá com a poupança, nem haverá gestos bruscos. Mas vamos ter um programa de desinflar essa economia que está inchada de juros.

Não adianta votar no Congresso um tabelamento de 12% dos juros. A consequência disso é imediata. O Brasil perde 4 a 5 bilhões no dia seguinte, os agiotas elevam os juros para o dobro do que é hoje e os bancos fecham. Então, os Congressistas têm noção disso. Pode-se protestar com tudo, menos com o dinheiro da Nação.

O último rumor que se espalhou sobre o Banco Central é que o Brasil perdeu 4 bilhões de dólares. E foi irresponsavelmente espalhado. Depois, todo mundo viu que não era verdade. Não adiantam, diante da situação que nós vivemos, gestos impensados, de revolta. Do que nós precisamos são gestos pensados, de solução.

Estamos pensando na solução, e vamos pedir o apoio ativo dos governadores, dos parlamentares, para nós caminharmos. O Real fará um ano em 1º de julho, e vamos ver, no próximo ano, se conseguiremos

realmente equacionar essas questões que ainda nos estão atormentando. Sei que atormentam os governadores, porque atormentam a mim também, no dia-a-dia.

De modo que as medidas que o Governo vai tomar, e tomará durante todo o tempo, durante os anos que eu estiver aqui – quatro –, durante todo esse tempo nós vamos tomar medidas sempre na mesma direção. E tenho a convicção, aí, sim, de que vamos chegar lá. Aí, por mais que eu tenha dito que houve exagero de amizade – e houve – do Wilson, não há exagero de patriotismo de todos nós, de cada brasileiro, no sentido de que nós podemos acreditar porque o País sabe o rumo. O País está apoiando o novo rumo, e, quando o País tem convicção, as coisas funcionam.

Ainda ontem, ou anteontem, não me recordo, numa entrevista na televisão com a Argentina, eu dizia: acho que o homem público precisa ter convicção; sem convicção não se faz nada. Quando não se tem, realmente, crença no que se está propondo, as coisas não andam. Mas não basta convicção. Tem que ter coragem também, porque às vezes tem a convicção e não tem a coragem. Ter coragem sem a convicção é perigosíssimo. Se tem a convicção sem a coragem, ela é inútil. Mas, quando a gente junta convicção e coragem, e apela para a competência, se não a própria, a de terceiros, as coisas andam. Eu sei, porque estou aqui conversando com pessoas que têm convicção. E, juntos, mesmo se sozinho não tivermos tanto, teremos coragem. O Brasil tem gente com muita competência. Com honestidade, convicção, coragem e competência, as coisas caminham.

Acho que, no Brasil, chegou o momento em que esses elementos estão juntos, não na minha pessoa, mas nas nossas pessoas, no povo que nos elegeu. E elegeu sabendo o que queria. Nós vamos cumprir.

Muito obrigado.